

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 13 DE SETEMBRO DE 1996

*Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Luís Eduardo Magalhães; Senhor Ministro Antonio Kandir; Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Senhores Líderes do Governo, dos partidos; Senhor Senador José Fogaça; Senhores Senadores; Senhor Deputado Luís Carlos Hauly; Senhores Deputados Federais; Senhoras e Senhores;*

Nesta semana, nós recebemos duas notícias importantes para a economia brasileira. A primeira foi que a inflação, em várias cidades, chegou a zero e, noutras, perto de zero. Houve deflação em alguns casos. E a inflação está controlada.

A previsão para o resto do ano é de que vamos ter uma inflação de não mais de 0,5% ao mês, até o fim do ano.

Isso significa que nós vencemos a guerra contra a inflação. Ela foi domada. Mas isso implica que nós continuemos lutando, para que ela não volte. E não vamos permitir que ela volte. Vamos continuar na luta tenaz pelo ajuste fiscal, controlando as finanças públicas, zelando por aquilo que custou muito ao País conseguir, cujo benefício é reconhecido hoje pelo povo brasileiro.

A outra notícia importante foi a aprovação das mudanças no ICMS. O Ministro acabou de dizer que quem produz não vai mais pagar o ICMS, para poder investir mais, para gerar mais e para que os salários possam ser melhores.

Portanto, nós viramos a página da inflação e começamos o capítulo do crescimento. Ao dizer que viramos a página da inflação, repito, não estou descuidando da continuidade da luta pelo controle fiscal. E, ao dizer que viramos a página e começamos o capítulo do crescimento, não estou prometendo o que não é factível: estou prometendo um crescimento que seja sustentável de todos os pontos de vista.

O Governo tem tomado medidas concretas para estimular o desenvolvimento, não só pelo que já disse, mas também porque o que foi clamor da sociedade, a redução da taxa de juros, está aí palpável. Estamos facilitando o crédito. Estamos avançando nas privatizações, isso é inegável e estamos lançando o programa de projetos prioritários, que é o chamado Brasil em Ação, para promover investimentos onde é necessário que o Governo atue, sempre em cooperação com a iniciativa privada, nos portos, nas ferrovias, nas hidrovias, na geração de energia e na infra-estrutura básica do País.

Ao mesmo tempo, nesse programa Brasil em Ação, as áreas sociais estão contempladas – educação e saúde, fundamentalmente. Na educação e na saúde, o que é fundamental é a universalização do acesso aos bens da educação e da saúde. Isso é fundamental para que tenhamos, também, condições humanas para o desenvolvimento do Brasil.

Mas não há como negar aquilo que, como disse o Ministro Kandir, aciona a máquina do crescimento. Portanto, o que tem, desse ponto de vista, uma importância estratégica é realmente essa reforma do ICMS, que tem impactos positivos; primeiro, porque, hoje, quem produz e ainda sofre uma carga pesada de impostos terá essa carga de impostos reduzida.

O produtor, qualquer que seja ele – industrial, agricultor, comerciante, grande ou pequeno –, ficará isento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Isso em qualquer componente do processo produtivo: matéria-prima, energia elétrica, ma-

terial de escritório, onde seja. Essa é a maior redução da carga tributária, no Brasil, das últimas décadas. Vou repetir: é a maior redução da carga tributária, no Brasil, das últimas décadas. E ela é feita em favor de quem investe, de quem trabalha, de quem produz.

Representa uma redução no custo do investimento, segundo os cálculos técnicos, da ordem de 15%. Em alguns casos chega a 30%. E, como eu creio nas previsões dos Ministros, deve elevar-se o aumento de investimento para cerca de 20%. Nós, hoje, estamos com 17% e, no decorrer dos próximos anos, vamos chegar com rapidez a 20%. E há um PIB adicional de 1,5% ao ano. Além do mais, ela elimina a cobrança do ICMS dos produtos primários e semi-elaborados de exportação, como a soja, o suco de laranja, os minérios e os produtos siderúrgicos.

Devo confessar que é a segunda vez que faço uma lei nesse sentido. A primeira foi quando eu era Senador. Fiz a lei e não pegou, porque houve recursos. Desta vez não teve jeito, pegou: estamos reduzindo o ICMS dos produtos primários e semi-elaborados de exportação. Estou dizendo, também, que estamos afetando um terço das exportações brasileiras, que hoje pagam impostos que chegam a ser, nesse aspecto, de 13%. Portanto, nesse setor, podemos exportar mais, ganhar mais e gerar mais empregos.

Mas o ICMS também tem impacto positivo sobre as importações. Na verdade, tantos reclamam de uma concorrência que muitos qualificam de desleal na importação, que se reduz essa vantagem das importações. Pois bem, não se trata, simplesmente, de um imposto sobre as exportações nem se trata, simplesmente, de uma redução de imposto que incide sobre semi-elaborados de exportações. Incide sobre toda a cadeia produtiva e incide, também, na condição de competitividade do produtor nacional. Portanto, os números que estão sendo apresentados aqui são consistentes com o alcance desse projeto de redução.

Tudo isso, claro, é muito importante para o Brasil, mas tem um custo, porque é preciso ressarcir os estados. O Governador Albano Franco está aqui para me ouvir dizer isso. Nós vamos ressarcir os estados. E só é possível fazer esse ressarcimento aos estados porque estamos recolocando as finanças do País em ordem.

Houve muita negociação, muita discussão, mas chegou-se a um entendimento, de tal maneira que a União vai pagar o custo dessa redução de impostos, mas vai fazê-lo com satisfação, porque é com a confiança de que ela vai aumentar o consumo e de que vai, a União, cobrar mais impostos. Vamos ter, também, mais produção industrial, mais IPI, mais imposto de renda. É melhor cobrar mais de todos um pouquinho do que cobrar muito de poucos, como é em nosso sistema. E esse sistema nós estamos mudando.

Também queria dizer que, se chegamos a este ponto, devo, em primeiro lugar, agradecer de público o esforço do Deputado e, hoje, Ministro Antonio Kandir, pois ele imaginou um sistema que nos permitiu fazer, sem alterar a Constituição, uma revolução tão forte.

Quero agradecer, muito particularmente, ao Congresso Nacional. E, ao mencionar o Congresso, agradeço, em primeiro lugar, ao Deputado Luís Eduardo Magalhães e ao Senador José Sarney, que não está aqui pela mesma razão que o Vice-Presidente não está, porque foi representar o Congresso no enterro do General Geisel.

Ajudaram, ajudaram muito. Agradeço aos Relatores já mencionados, Senador Fogaça, Deputado Luís Carlos Hauly; aos Líderes, que não preciso nominar um por um, e ao conjunto do Congresso.

É preciso também reconhecer o que o Congresso fez, e fez muito. Neste período em que se dizia que não haveria condições de aprovação de leis, aprovamos, ontem, uma emenda constitucional de valorização do professor, que tem o maior significado. Assim como o ICMS redime a produção, a emenda vai permitir que haja aumento da média salarial do professorado primário no Brasil, de tal maneira que ela chegue a 300 reais. Os do Sul dirão: “É pouco.” Mas os que estão no Norte e no Nordeste sabem que isso multiplica muitas vezes, por quatro ou cinco, o salário. Recursos da União vão compensar, juntamente com os dos estados, o pagamento dos professores. Isso foi aprovado pelo Congresso Nacional.

O Congresso Nacional regulamentou os recursos para a saúde. Ali, houve uma adição de impostos, mas a redução foi muito maior do que a adição. O que nós estamos fazendo, hoje, compensa larga-

mente o que foi necessário fazer, às vezes com dificuldade para muitos de nós, e o Congresso foi firme na aprovação dessas medidas. Muitas delas, à primeira vista, poderiam parecer antipáticas, mas o Congresso entendeu a importância dessas modificações.

O Congresso aprovou uma lei de telefonia. O Congresso aprovou, com rapidez, a lei de porte de armas, para dar curso a uma reação contra a violência, inaceitável, no País. Enfim, o Congresso demonstrou sensibilidade para com o momento nacional. Com muita tranquilidade, ouço dizerem: “Agora o Congresso só vai voltar a votar no ano que vem.” Não, estão enganados. Ele vai votar a reforma administrativa e a reforma da Previdência, porque o Brasil precisa. E o de que o Brasil precisa será feito com o apoio do Congresso.

Então, o que quero registrar aqui não é o agradecimento do Presidente, é o reconhecimento do País ao Congresso, que está tendo sensibilidade para assumir suas responsabilidades junto com o Governo Federal. É claro que, em particular, os relatores desses projetos ajudaram imensamente.

Enfim, eu queria, simplesmente, terminar dizendo que nós havíamos prometido acabar com a inflação, já desde o Governo do Presidente Itamar Franco, e estamos conseguindo acabar com a inflação. Nós havíamos prometido reduzir o custo Brasil, e isto é redução do custo Brasil. E não é a única redução, não. Estamos lutando nas ferrovias, na infra-estrutura, nos portos. Nós estamos reduzindo o custo Brasil.

O Real, repito, trouxe a maior distribuição de renda da nossa história recente e criou essas condições para voltarmos a crescer de forma continuada.

Possivelmente, esta lei que assinei há pouco representa o maior esforço na redução do custo Brasil que já conseguimos no Governo. Não vamos parar por aqui, mas é um ponto importante, é um marco importante. Ganha quem trabalha e quem produz. Ganha o Brasil.

Muito obrigado.

